

# O ACORDO ORTOGRÁFICO

O Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa é um tratado que tem como objetivo tornar unificada a ortografia dos países que tem o português como língua oficial – Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal, Timor-Leste e as ilhas de São Tomé e Príncipe. O interesse, aparente, desse acordo é o fortalecimento da Língua Portuguesa, a 5ª língua mais falada em todo o mundo. Num contexto de globalização em que as sociedades estão inseridas, possuir uma língua forte é, acima de tudo, um objetivo político e mercadológico.

A princípio, o Acordo foi aprovado em outubro de 1990 e, de acordo com o artigo 3º, entraria em vigor no ano de 1994. Mas apenas Brasil, Portugal e Cabo Verde ratificaram, o que impediu sua aplicação. Houve duas modificações no texto do Acordo Ortográfico: uma em 1998; outra em 2004. Na de 1998, somente os membros que ratificaram o primeiro projeto aprovaram as modificações. Em 2004, houve a adesão do Timor-Leste e agora, driblando as negativas dos países que não assinaram, bastava apenas a ratificação de três membros: Brasil, Cabo Verde e São Tomé e Príncipe. Pelo fato de Portugal não ter assinado o Acordo, mais uma vez o atraso. Em 2008, porém, Portugal aceita a segunda modificação do tratado.

Analisando as mudanças na ortografia de Brasil e Portugal, até o início do século XX, nos dois países, era seguida uma ortografia que se baseava nas articulações do latim ou do grego. Por essa razão que, em textos mais antigos, encontra-se, por exemplo, “farmácia” escrito com “ph”; “diccionario” e “cabellos” com consoantes duplas; e “estylo” e “lyrio” carregando “y”. Com a proclamação da república, Portugal modifica o português escrito, mas sem que a ortografia dos outros países lusófonos fosse levada em consideração, fazendo assim com que Brasil e Portugal possuíssem sistemas de escrita distintos. Houve uma tentativa de acordo entre os dois países, mas sem um consenso: modificações na escrita lusitana (com queda das consoantes duplas e do “ph”, por exemplo), e a manutenção na grafia do português brasileiro.

Em 1931, elaborou-se um acordo preliminar tomando como base as mudanças ortográficas feitas em 1911, mas ainda sim continuava a haver divergências nos vocabulários desses países, visto que o Brasil guardava-se ao direito de regular a sua escrita a partir do Formulário Ortográfico aprovado pela Academia Brasileira de Letras em 1943. Em 1971, outro acordo entre Brasil e Portugal fez com que a ortografia de cada país se aproximasse um pouco mais. A partir de então, o acento circunflexo diferencial quase deixaria de existir: “côrte” e “corte”, do verbo “cortar”, passam a ser escritos de igual

modo; assim como “êsse” e a consoante “esse”. Após esse percurso, chega-se à elaboração do Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa de 1990.

As principais mudanças propostas pelo acordo são:

1) Queda do trema em palavras portuguesas ou aportuguesadas. “lingüiça” e “cinqüenta”, por exemplo, perdem o sinal, assim como “tranqüilo” e “bilíngüe”. Porém a pronúncia não será afetada.

2) Oficializadas para o alfabeto as letras K, W e Y, ficando, obviamente, restritas a abreviaturas e símbolos, ou à grafia de nomes de origem estrangeira como “Flanklin”, “Darwinismo”, “Taylor”, “Byroniano”, “Wagner”.

3) Os ditongos de pronúncia aberta “éi”, “ói” e “éu” perdem acento nas paroxítonas. Assim, “assembléia”, “heróico”, “idéia”, “jibóia”, “europeia” já não levarão mais o acento agudo.

4) Não serão mais acentuados os hiatos “oo”, “eem”, como em “vôo” e “enjôo”

5) Quanto ao hífen, houve poucas mudanças: a nova proposta não reduz o número de regras e preserva várias exceções, mantendo a dificuldade em saber utilizar esse sinal. Mas houve um avanço: *“não se usa mais o hífen quando o prefixo termina em vogal e o próximo elemento começa por r, s ou uma vogal diferente”*. Por exemplo, “anti-religioso” não terá hífen. Termina com vogal, e o segundo elemento começa com “r”, assim como “contrarregra”. “autoestrada”, que termina com vogal, e o segundo elemento começa com uma vogal diferente, também não tem hífen.

6) Eliminação das consoantes mudas, ponto que o Brasil já teve avanços antes do acordo. “Actual” passa a ser “atual”; “correcto” passa a ser “correto”; “óptimo”, “ótimo”. Por outro lado, algumas palavras terão dupla grafia igualmente respeitadas: “aspecto” ou “aspeto” por exemplo; “sector” ou “setor”; “quotidiano” com “quo” ou “co”; “húmido” com “h” ou sem “h”; “característica” ou “caraterística”; “percepção” ou “perceção”; “facto” ou “fato”.

As mudanças do Acordo entrarão em vigor no Brasil a partir de 2010; não é aconselhável, portanto, nos exames públicos e concursos nacionais, imediata adaptação às novas formas

É importante lembrar que apenas Brasil, Cabo Verde, São Tomé e Príncipe e posteriormente Portugal ratificaram o Acordo Ortográfico. Uma crítica da deputada portuguesa Isabel Pires de Lima expressa o aspecto negativo dessa postura: *“Os países africanos de instituição portuguesa, fruto da situação de conflito interno que viviam no fim dos anos 80, não participaram realmente da construção desse tratado. Essa unificação da língua é somente*

*entre Portugal e Brasil. Hoje, cerca de 20 anos depois de ter sido aprovado, portanto, 25 anos após sua discussão, a África portuguesa está em outras condições, em outra situação interna*". Mantém-se, assim como no período escravagista, o silêncio aos povos africanos. O objetivo político de unificar a ortografia dos países também deveria contemplar países africanos, que, até pouco tempo, não tinham voz ativa. O acordo possui vantagens políticas, mas, se o objetivo é tornar a língua portuguesa mais representativa, a integração de todos os países lusófonos na construção do acordo é importante. Caso isso não ocorra, a língua deixará de agregar indivíduos, mas sim segregar, como foi no período colonial.

Alex Pitta